



ASSOCIAÇÃO CEARENSE  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

---

RELATÓRIO ~ DE  
**GESTÃO**

---

2015 - 2019

---











# EXPEDIENTE E DIRETORIAS

Relatório de Gestão

## 2015 2019

### Biênios 2015 - 2017/ 2017 - 2019

Uma publicação da Associação Cearense do Ministério Público (ACMP), destinada aos associados, parceiros, formadores de opinião e personalidades que fazem parte da história desta instituição.

### Projeto Gráfico e Arte Final

VSM Comunicação (Léo Sousa)

### Redação, Revisão e Diagramação

VSM Comunicação

### Colaboraram:

Ana Clara Braga  
Glaymerson Moises  
Pollyana Rocha  
Priscila Macêdo

Textos finalizados em Novembro de 2018

**Impressão:** Expressão Gráfica

**Tiragem:** 600 exemplares

© acmpce

© acmpceara

© acmp-ce.org.br

### DIRETORIA BIÊNIO 2015/2017

A Diretoria e o Conselho Superior da Associação Cearense do Ministério Público (ACMP), para o biênio 2015/2017:

**LUCAS FELIPE AZEVEDO DE BRITO**  
PRESIDENTE

**FRANCISCO RINALDO DE SOUSA JANJA**  
1º VICE-PRESIDENTE

**LIDUINA MARIA DE SOUSA MARTINS**  
2ª VICE-PRESIDENTE

**MARCELO COCHRANE S. SAMPAIO**  
1º SECRETÁRIO



**RAFAEL DE PAULA PESSOA MORAIS**  
2º SECRETÁRIO

**MARCOS WILLIAN LEITE DE OLIVEIRA**  
1º TESOUREIRO

**MAGDA KATE E SILVA F. LIMA**  
2ª TESOUREIRA

**RAIMUNDO DE SOUZA N. FILHO**  
RELAÇÕES PÚBLICAS

**JULIANA SILVEIRA MOTA**  
REPRESENTANTE DOS PROMOTORES  
DO INTERIOR

**RAIMUNDO JOSÉ B. PARENTE**  
CONSELHEIRO

**MARIA LUÍZA FONTENELE  
DE PAULA RODRIGUES**  
CONSELHEIRA

**HERBET GONÇALVES SANTOS**  
CONSELHEIRO

### SUPLENTES DO CONSELHO SUPERIOR

CAMILA MARIA OLIVEIRA DE SABOYA  
EULÉRIO SOARES CAVALCANTE JÚNIOR  
KLECYUS WEYNE DE OLIVEIRA COSTA

Esta é a formação que finalizou a gestão, visto que, ao longo do mandato, a composição da Diretoria sofreu algumas alterações. Em agosto de 2015, o 2º Secretário, Venusto da Silva Cardoso, pediu o desligamento da Diretoria. No mesmo ano, em outubro, em virtude do pleito para a escolha do procurador geral de Justiça do Estado do Ceará, os promotores Vanja Fontenele Pontes e Plácido Barroso Rios solicitaram o afastamento da Diretoria.

Em janeiro de 2016, Humberto Ibiapina Lima Maia, 1º vice-presidente, Breno Rangel Nunes da Costa, eleito como representante dos Promotores do Interior, e Maria Jacqueline Faustino de Souza Alves do Nascimento, que ocupava o cargo de Suplente do Conselho Superior, pediram desligamento.

### DIRETORIA BIÊNIO 2017/2019

A Diretoria e o Conselho Superior da Associação Cearense do Ministério Público (ACMP), para o biênio 2017/2019:



**LUCAS FELIPE AZEVEDO DE BRITO**  
PRESIDENTE

**EULÉRIO SOARES CAVALCANTE JÚNIOR**  
1º VICE-PRESIDENTE

**RAFAEL DE PAULA PESSOA MORAIS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**ÉLDER XIMENES FILHO**  
1º SECRETÁRIO

**ADRIANO JORGE PINHEIRO SARAIVA**  
2º SECRETÁRIO

**MARCOS WILLIAN LEITE DE OLIVEIRA**  
1º TESOUREIRO

**FLÁVIO BEZERRA**  
2º TESOUREIRO

**LUCIANA DE AQUINO  
VASCONCELOS FROTA**  
RELAÇÕES PÚBLICAS E IMPRENSA

**VICENTE ANASTÁCIO MARTINS  
BEZERRA DE SOUSA**  
REPRESENTANTE DOS PROMOTORES  
DO INTERIOR

**RAIMUNDO JOSÉ B. PARENTE**  
CONSELHEIRO

**JOSÉ GONÇALVES MONTEIRO (ZÉ NILTON)**  
CONSELHEIRO

**KLECYUS WEYNE DE OLIVEIRA COSTA**  
CONSELHEIRO

### SUPLENTES DO CONSELHO SUPERIOR

LIDUINA MARIA DE SOUSA MARTINS  
CAMILA MARIA OLIVEIRA DE SABOYA  
RAFAEL MATOS DE FREITAS

As únicas alterações na composição eleita para a gestão 2017/2019 foram os desligamentos do representante dos Promotores do Interior, Herbert Gonçalves Santos, e da 2ª tesoureira, Magda Kate e Silva F. Lima.



# Dr. Lucas Azevedo de Brito



**A**o longo desses quatro anos que nós tivemos a honra de presidir nossa entidade de classe, percebemos que quem mais tem a agradecer nesse processo é o próprio presidente, porque não há felicidade maior que poder servir a classe e nossos associados, apesar de todos os desafios e das vitórias que conseguimos, que são coisas boas. Mas também há grandes dificuldades, todo o turbilhão de problemas que desaguam no presidente da associação e que são problemas legítimos trazidos pelos colegas, eles são molas propulsoras para que nós possamos nos aperfeiçoar como profissionais e seres humanos. E daí vem o sentido de que o presidente é quem tem mais a agradecer, você entra de uma forma e sai de outra completamente diferente, se souber aproveitar a experiência.

Foi uma oportunidade fantástica para crescimento pessoal e espiritual também, porque você passa a ser mais tolerante, mais paciente, aprende a se doar mais e exigir menos das pessoas. Eu não tinha essa percepção quando entrei na associação, mas achava que isso poderia acontecer, e hoje, com muita certeza, se eu pudesse voltar no tempo, faria tudo de novo, porque é uma alegria muito grande poder servir a todos os colegas, e quem mais se beneficia com isso, nas vitórias e nas tragédias é quem está na presidência.

Agradeço a todos os nossos associados, aqueles que nos apoiaram sempre com palavra amiga, palavra de estímulo para que pudéssemos fazer cada vez mais; agradeço também pelas críticas, pois sei que o objetivo é sempre o melhor para a associação.

Mesmo fora da presidência, nós estaremos à disposição dos colegas, para ajudar no que for preciso, dar um auxílio e também continuar a contribuir nas conquistas da classe.

Uma das coisas mais importantes na primeira gestão foi a questão do fundo de reaparelhamento, que está mudando realmente a estrutura do Ministério Público como um todo, nós já estamos percebendo os frutos disso, com aquisição do SAJ-MP (Sistema de Automação da Justiça para Ministérios Públicos e Gestão de Processos) com aquisição de novos imóveis para sediar os órgãos do Ministério Público.

Na segunda gestão, eu destacaria duas também muito importantes: a criação dos cargos de assessor, no início da segunda gestão, isso dá uma maior eficiência e agilidade ao trabalho do Ministério Público e também dá um pouco mais de qualidade de vida aos colegas, porque eles passam a contar com uma condição de trabalho melhor, tornando menos estressante a rotina dos promotores de Justiça. E agora por último, uma grande conquista que foi a recomposição salarial com a aprovação do Projeto de Lei no Senado Federal, em Novembro de 2018.

Apresentamos este relatório como uma forma de prestar contas aos nossos associados, de tudo o que construímos juntos nestes anos, e também para desejar que as próximas gestões continuem a contribuir com o avanço da classe.



# Dra. Norma Cavalcanti



Falar de Dr. Lucas Azevedo é uma honra, pois trata-se de um promotor de Justiça e líder associativo talhado para a função. Dr. Lucas é um homem inteligente, trabalhador e vocacionado. Nós nos conhecemos durante minha gestão como Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público. Juntos, trabalhamos pelo Ministério Público brasileiro e cearense, enfrentamos dificuldades diariamente, para mantermos prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público, já que constantemente surgem proposições legislativas que, muitas vezes travestidas de intenções republicanas, pretendem atacar diretamente nossa instituição, na tentativa de reduzir e/ou minimizar o poder de atuação do Ministério Público em prol do Estado democrático de direito.

A gloriosa Associação Cearense do Ministério Público é uma das afiliadas da Conamp, que se soma às demais afiliadas na luta do bom combate, sempre ombreadas pela unidade institucional do MP Brasileiro congregando os seus membros e promovendo a cooperação e a solidariedade entre todos os afiliados, de modo a estreitar e fortalecer a união da classe.

Com o novo perfil do Ministério Público após 1988, as associações de classe somam-se às chefias institucionais na luta diária pela melhoria do orçamento da instituição, para que seja garantido aos membros do Ministério Público e servidores seu aperfeiçoamento para melhor servir a população.

Nestes 30 anos de Constituição Federal reafirmamos que nosso trabalho em muito contribuiu para que nossa instituição seja uma das que possui maior credibilidade no país, como vêm demonstrando diversas pesquisas. Por isso, defendemos o fortalecimento do Ministério Público, instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. As associações lutam para defender os direitos, garantias, autonomia, prerrogativas, interesses e reivindicações dos membros do Ministério Público, ativos e inativos. De igual modo, defendemos os princípios e garantias institucionais do Ministério Público, sua independência e autonomia funcional.

A Conamp, a ACMP e demais afiliadas buscam diuturnamente colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da justiça, da segurança pública, da solidariedade social e pela garantia dos direitos humanos.

Reafirmamos que com um Ministério Público forte, a sociedade estará protegida.



# Dr. Victor Hugo Azevedo



**D**esde 2015 acompanho o trabalho desenvolvido por Lucas como presidente da Associação Cearense do Ministério Público (ACMP), membro do Conselho Deliberativo da Conamp e integrante de seu conselho fiscal. Acredito que estas experiências serão decisivas em sua trajetória institucional, exatamente por proporcionar a participação em diversas frentes de atuação na defesa do Ministério Público cearense e do MP brasileiro.

Nesse período, irmanadas, ACMP e Conamp potencializaram suas forças em prol da atuação funcional de colegas promotores e procuradores de Justiça, que honram seus cargos combatendo a corrupção, protegendo os direitos da sociedade, zelando pela ordem jurídica e pela democracia.

Como dirigente classista, reconheço a profícua gestão de Lucas e registro meus sinceros agradecimentos pelo esforço colocado na efetivação e consolidação do Ministério Público conforme foi desenhando na Constituição Federal de 1988.



# SUMÁRIO

## 10

### REPRESENTATIVIDADE

Assembleia Legislativa  
Congresso Nacional  
Segurança Pública  
PGJ  
Conamp  
CNMP

## 18

### DIRETRIZES DE ATUAÇÃO

Fundo de Reparelhamento  
Requerimentos à PGJ  
Condições de Trabalho  
Convênios

## 25

### ASSISTÊNCIA AO APOSENTADO

Comissão Nacional de Defesa do Aposentado  
Evento Unimed e Decon  
Encontro entre Amigos



# 28

## ATIVIDADES SOCIAIS

Dia da Mulher  
Fim de Ano  
Arraiá

# 40

## LISTAS ASSOCIATIVAS

PL Subsídio  
Grupo de Descongestionamento  
Permuta Interestadual  
Previdência  
Promoção e Remoção  
Mestrado e Doutorado  
ATS

# 33

## INCENTIVO AO ESPORTE

Corridas  
Campeonato Nacional  
Reforma na Sede Campestre

# 42

## GESTÃO

Assessoria Jurídica  
Comunicação  
Mobilizações  
Debate

# 36

## MAIS INICIATIVAS

Vacinação  
Solidariedade

# 48

## INTERIOR E EXTERIOR

Encontros Regionais  
ACMP na Estrada  
Presença no Exterior





# Representatividade

A busca por uma maior representatividade da ACMP junto às esferas dos poderes políticos em níveis nacional e estadual recebeu especial atenção da Diretoria nos últimos quatro anos. O fortalecimento do relacionamento institucional entre a ACMP e a classe política foi uma das diretrizes empregadas para o sucesso das empreitadas. Tal iniciativa foi fundamental para a aprovação de matérias legislativas de interesse da classe, tanto no Congresso Nacional, como na Assembleia Legislativa, e principalmente, para evitar que temas prejudiciais à categoria fossem aprovados. Nos últimos quatro anos, não foi registrada nenhuma aprovação de matérias que pudessem afetar o Ministério Público, apesar das inúmeras tentativas.



# Assembleia Legislativa

Como protagonista na defesa dos interesses dos seus associados perante o Parlamento Estadual, a ACMP realizou quatro mobilizações da classe dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE), detalhadas nas páginas seguintes desta publicação. Essas ações tiveram duas pautas principais: a criação da Lei do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público do Ceará e a criação dos cargos de assessor para promotores. A partir de então, inaugurou-se no Estado uma nova maneira de reivindicar direitos dos membros do MP, tendo em vista o ineditismo na realização de mobilizações dentro do Poder Legislativo Estadual.

Além das duas grandes conquistas relacionadas aos temas supracitados, a ACMP realizou ainda vários trabalhos exitosos de articu-

lação política na ALCE, visando melhorias no Orçamento do MPCE ou aperfeiçoando o conteúdo de proposições discutidas na Assembleia de interesse da ACMP e da sociedade, a exemplo da segurança pública, isto porque a ACMP, representada pelo presidente Lucas Azevedo, participou do Seminário Internacional sobre Segurança Pública, como um dos debatedores do fórum “Sistema de Justiça: o que fazer quando faltam o delegado, o defensor público, o promotor de justiça e o juiz?”. Na ocasião, abordou temas relacionados ao crescimento econômico, à Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos e ao projeto Tempo de Justiça, uma iniciativa do MPCE, idealizada pelo associado Manuel Pinheiro, para reduzir o tempo de investigação e julgamento dos casos de homicídio.





# Congresso Nacional

**J**untamente com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e demais associações do MP, a ACMP realizou vários trabalhos de articulação política no Congresso Nacional, colhendo muitas vitórias ao longo dos últimos quatro anos. Através de um diálogo constante com senadores e deputados federais, conseguiu-se evitar a aprovação de textos de proposições legislativas que visavam enfraquecer o MP nas temáticas de política remuneratória, orçamento e atribuições.

Conheça alguns dos projetos que foram acompanhados no

# Congresso Nacional:

## Projeto de Lei



## Complementar 257/2015 - Ajuste Fiscal

**Ementa:** Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; altera a Lei nº 9.496/1997, a Medida Provisória nº 2.192-70/2001 e a Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências. **Crítica ao texto original:** Estabelecia como

contrapartida ao Plano de Auxílio aos Estados novos critérios para a definição de despesas de pessoal, com impactos nos respectivos índices da LRF, colocando em risco o funcionamento do Ministério Público, do Poder Judiciário e outros órgãos essenciais ao Estado Democrático de Direito. **Situação**

**em 2018:** Aprovado na Câmara dos Deputados, após a retirada das contrapartidas danosas de seu texto. No Senado, as disposições mais nocivas ao funcionamento das instituições foram incorporadas à proposta, que foi devolvida à Câmara dos Deputados.

## Projeto de Emenda

## Constitucional 241/2016 (55/2016) - Teto de Gastos

**Ementa:** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal. **Crítica ao texto original:** Estabelece limites para o crescimento das despesas primárias, por vinte anos. Incorre em

flagrantes inconstitucionalidades por violar o princípio da separação de poderes e a progressividade dos gastos públicos para a saúde e educação, conforme explicitado em Nota Técnica da Conamp, elaborada com a colaboração da

ASMP. **Situação em 2018:** Aprovada como Emenda Constitucional nº 95/2016, que está sendo objeto de questionamento no STF, sob o prisma da constitucionalidade. Foi a Conamp quem ingressou com ADI (nº 5655) no STF.

## Projeto de Lei 280/2016 - Abuso de Autoridade

**Ementa:** Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências. **Crítica ao texto original:** A previsão de tipos pe-

nais demasiadamente abertos e o excessivo reforço da ação penal privada subsidiária deixam clara a intenção de intimidar membros do

Ministério Público e outros agentes do estado, através da criminalização de suas ações. **Situação atual:** Em trâmite no Senado Federal.

## Projeto de Lei 233/2015 - Poderes Investigatórios

**Ementa:** Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Cons-

tituição Federal, art. 129, incisos III e IV, e na Lei Complementar nº 75/1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º. **Crítica ao texto original:** Invocando a necessidade de regulamentar o Inquérito Civil, a proposta acaba

por burocratizar e praticamente inviabilizar um dos mais efetivos instrumentos de atuação do Ministério Público. **Situação atual:** Em trâmite no Senado Federal.



# PL 4850 /2016

## Combate à Corrupção

**Ementa:** Estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos. **Nova Ementa da Redação:** Estabelece medidas de combate à impunidade, à corrupção; altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal; as Leis nºs 4.717, de 29 de junho de 1965, 4.737, de 15 de julho de 1965, 8.072, de 25 de julho de 1990, 8.112, de 11 de

dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.906, de 4 de julho de 1994, 9.096, de 19 de setembro de 1995, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.613, de 3 de março de 1998, e 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, e da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990; e dá outras providências. **Situação:** Aguardando apreciação pelo Senado Federal.

## PEC 62 STF e Vinculação Remuneratória

A Conamp e representantes das associações do Ministério Público do Ceará e de outros es-

tados do país estiveram em Brasília numa reunião com o relator da Proposta da Emenda Constitucional-PEC 62, que veda a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos, o senador Vicentinho Alves. O relator apresentou parecer em que propõe a retirada do Ministério Público da PEC 62. A retirada mantém a situação atual: havendo reposição nos salários dos Ministros do STF, os ganhos são repassados para o Ministério Público e membros da Magistratura. O parecer favorável é um avanço na luta do MP, pois a mudança proposta anteriormente enfraqueceria os membros do órgão de forma institucional.

# Proposições legislativas

A ACMP está sempre atenta a resguardar a missão do Ministério Público como órgão de defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Para tanto, a entidade mantém a visão voltada às proposições legislati-

vas que tramitam no Congresso Nacional, que podem vir a afetar o funcionamento do MP e prejudicar a vida dos associados e da sociedade.

Junto com outras associações do país, e em parceria com a Conamp, ao longo dos biênios

2015-2017 e 2017-2019, a ACMP não mediu esforços para evitar que tais proposições avançassem sem uma revisão rigorosa. Confira mais algumas:





## PL 6726/2016

O Projeto de Lei 6726/2016 inclui no teto diferentes benefícios garantidos aos membros do Judiciário e do PL. Atualmente, entram no teto o salário mensal, a pensão, e a aposentadoria. Mas caso o projeto seja aprovado, passarão a entrar no teto as seguintes remunerações: auxílio-moradia,

auxílio-creche, auxílio-saúde e auxílio funeral sem comprovação de despesa; licença-prêmio convertida em pecúnia; ajuda de custo para capacitação pessoal; indenização de férias não gozadas; horas extras; adicionais por tempo de serviço; gratificações de qualquer natureza (a gratificação da função eleitoral continua como está, sem entrar no teto); indenização de fé-

rias não gozadas. Há, porém, algumas ressalvas, tais como: o abono de permanência em serviço continua como está, sem entrar no teto.



## PEC 63/2016

A Proposta de Emenda à Constituição 63/2016, apresentada pelo senador José Aníbal (PSDB SP), estabelece um limite para as remunerações pagas pela administração pública. Veda o recebimento de qualquer valor pago pelos cofres públicos acima do subsídio mensal dos Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e estabelece o período máximo de trinta dias de férias para o setor público.

## Proposta de Emenda Constitucional da Reforma da Previdência

Em 2017, a ACMP fez contato com todos os deputados federais, solicitando apoio para que as cinco propostas de emendas, elaboradas pela Conamp, para a PEC da Reforma da Previdência, tramitassem na Câmara Federal. As emendas têm o objetivo de aperfeiçoar o texto original da PEC 287/16, preservando os interesses da população brasileira.

A proposta de emenda ao texto original da reforma da previdência (PEC 287/16) foi protocolada pelos representantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), na Câmara dos Deputados, e propõe mudanças sobre a idade mínima, o tempo de contribuição, as regras de transição, a aposentadoria especial, regras de pensão e aposentadoria

por invalidez, e outros temas de interesse dos servidores públicos e população que contribui para o regime geral do INSS. As emendas foram elaboradas no âmbito da Frentas e foram apresentadas pelos parlamentares Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), Lincoln Portela (PRB/MG) e Roberto de Lucena (PV/SP).

## Ampliação do número de juizados criminais

Em 2017, a Assembleia Legislativa debateu as alterações na organização judiciária do Ceará, estabelecidas pelo Projeto de Lei nº 73/2017, oriundo da mensagem nº 6/17, do Tribunal de Justiça do

Ceará (TJCE). O projeto previa, dentre outros pontos, a transferência/extinção de unidades judiciais, reduzindo de 22 para 2 o número de juizados criminais em Fortaleza. Dessa forma, por meio

de uma iniciativa da ACMP, foi possível ampliar de dois para quatro o número de juizados, a partir de uma emenda ao Projeto de Lei 73/2017, de autoria do deputado Tin Gomes.





# Audiência na Câmara Federal

Sobre a questão da segurança, à frente da ACMP e representando a então presidente da Conamp, Dra. Norma Cavalcanti, o presidente Lucas Azevedo participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, em novembro de 2017, que discutiu o funcionamento das associações representativas dos Policiais e Bombeiros Militares.

Na ocasião, iniciou o debate a partir de uma ação civil pública do Ministério Público do Estado do Ceará, que solicita, subsidiariamente, a extinção das entidades associativas dos Policiais e Bombeiros Militares em caso de descumprimento da Constituição Federal no que diz respeito a movimentos de greve.

Como representante de entidade associativa, defendeu o funcionamento e preservação das Associações, mas ressaltou que, em caso de violação à Constituição ou à legislação ordinária de regência, é necessário se buscar a responsabilidade individual dos dirigentes das entidades que estejam transgredindo os mandamentos constitucionais, como o Ministério Público do Estado do Ceará já vem procedendo.



# Atuação junto à Procuradoria Geral de Justiça

**N**a busca por um Ministério Público melhor para todo o grupo, as diretorias que atuaram nos dois biênios (2015-2017 e 2017-2019) primaram por manter um relacionamento com a PGJ pauta-

do pela independência, harmonia e respeito com a administração, sempre buscando a construção de uma sinergia de resultados positivos.

Ao longo dos anos, a Diretoria da ACMP teve participação constante e efetiva nas sessões do Conselho Superior do Ministério Público, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça com rigoroso controle e acompanhamento de todas as matérias de interesse da instituição e dos associados.

O acompanhamento dos processos administrativos em trâmite na Procuradoria Geral de Justiça que tenham como objeto, de forma direta ou indireta, prerrogativas dos membros do Ministério Público, condições de trabalho ou quaisquer outros interesses afetos à instituição também foi uma ação constante das gestões da ACMP no período.



# Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

A fim de fortalecer ainda mais o papel de representatividade da ACMP, o presidente da associação, ao longo da gestão, teve participação efetiva nas reuniões mensais do Conselho Deliberativo da Conamp, em Brasília (DF). Nos encontros, foram discutidos temas como: possibilidade de permuta entre membros do Ministério Público; medidas anticorrupção; e análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 412/2009, que

trata da organização da Polícia Federal e prescreve normas para autonomia funcional, administrativa e de elaboração de proposta orçamentária. Destaque ainda para as discussões acerca da Reforma da Previdência - ainda não aprovado graças à articulação da Conamp - e da Reforma Trabalhista, cujo trabalho realizado pela associação foi essencial para que o texto fosse aprovado com ressalvas.

Além disso, Dr. Lucas Azevedo,

ao longo das gestões, teve posição permanente nas seguintes comissões temáticas e conselho da entidade:

**Comissão de Assuntos**

**Legislativos;**

**Comissão de Interesses**

**Institucionais e Associativos;**

**Comissão de**

**Avanços Institucionais;**

**Conselho Fiscal.**



## Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)



Enquanto órgão representativo das causas dos promotores e procuradores de Justiça do Estado do Ceará, a ACMP também acompanha os processos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) de interesse da classe. Nesse sentido, cumpre agenda regular de participação nas reuniões do órgão. Dentre os temas discutidos, destaca-se a aprovação no

CNMP da possibilidade de permuta entre membros do Ministério Público, em 2017, uma conquista de todos os membros do Ministério Público e da sociedade, embora tenha sido suspensa, por liminar. Agora as associações trabalham para tentar reverter os efeitos da decisão.

Além disso, enaltece-se outros assuntos de interesse nacional da categoria como a Proposta de Resolução que estabelece a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

O presidente da ACMP, Lucas Azevedo, acompanhou a Cor-

regedoria Nacional do CNMP nos trabalhos de inspeção das promotorias de Fortaleza. Acompanhou também o julgamento do processo administrativo nº 100141/2016-42, que tramita contra o MPCE, de autoria de um advogado cearense. A parte autora visava impedir o pagamento simultâneo de diárias com a gratificação de acúmulo de função em favor dos membros, cuja decisão de procedência do pedido causaria uma repercussão financeira negativa para os associados. Por último, a ACMP ainda atuou ao longo destes anos, na defesa de associados que respondiam Processos Administrativos Disciplinares.

# Diretrizes de atuação

Políticas remuneratórias / Fundo de Reparelhamento



Após 25 anos de luta associativa, a gestão 2015-2017 da ACMP foi protagonista e decisiva nos trabalhos que culminaram com a sanção da lei ordinária estadual que destinou parte da arrecadação das custas judiciais e emolumentos cartorários ao Ministério Público. O objetivo desse antigo pleito foi criar e propiciar um nível de recursos no fundo de reapearelhamento do MPCE, capaz de manter o órgão bem equipado, a fim de fortalecer a sua atuação na defesa dos interesses da sociedade.

A aprovação do Projeto de Lei 102/16 foi alcançado graças a um trabalho intenso e profícuo de articulação política, feito pelos membros da ACMP. Durante mais de duas décadas, a associação apresentou as necessidades dos membros do órgão e insistiu na causa de interesse coletivo da criação do fundo. O tema virou uma das bandeiras principais da gestão do presidente Lucas Azevedo.

Com a aprovação e posterior sanção da Lei, pelo governador Camilo Santana, em 2016,

ficou garantido ao MPCE o repasse de 15% das custas judiciais e 5% dos emolumentos cartorários. Essa participação garante ao Ministério Público uma verba de aproximadamente R\$ 25 milhões por ano, que de imediato passou a ser aplicada em estrutura física, equipamentos tecnológicos, e treinamento de membros e funcionários, o que tem fortalecido a atuação da instituição na defesa dos interesses coletivos.



# Investimento em informática

Por meio desses aportes, a Procuradoria Geral de Justiça assinou contrato com a Softplan Planejamento e Sistemas Ltda., para

aquisição do licenciamento permanente do Sistema de Automação da Justiça para Ministérios Públicos (SAJ-MP). Com isso, o Minis-

tério Público do Ceará avança em tecnologia da informação, visando economia de gastos e evitando o uso de papéis.

## Promotorias criminais e promotorias cíveis da Capital recebem novas sede



O intenso trabalho em prol do fundo de reaparelhamento do Ministério Público, uma das principais metas da Diretoria da ACMP, rendeu também outros bons frutos: as sedes das Promotorias Criminais e de Justiça Cíveis e Especializadas.

A nova sede das Promotorias de Justiça Criminais do MPCE foi inaugurada, em outubro de 2017, com um espaço físico exclusivo e integrado, proporcionando maior proximidade e comunicação entre membros e servidores das Promotorias de Justiça Criminais, refletindo em um melhor atendimento à sociedade.

Em novembro do mesmo ano, ocorreu a inauguração da nova sede das Promotorias de Justiça da Cidadania, Patrimônio Público, Conflitos Fundiários, Educação, Defesa das Fundações, Defesa da Saúde Pública, Meio Ambiente e Planejamento

Urbano e Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

A nova sede, localizada no bairro José Bonifácio, conta com sa-

las de atendimento ao público para cada área de atuação do MPCE, além de auditório com capacidade para até 70 pessoas.



# Requerimentos junto à PGJ

A fim de defender os interesses da classe e reivindicar ações a favor dos associados, a diretoria da ACMP manteve, nas gestões 2015-2019, uma relação constante e direta com a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ). Ao longo dos quatro anos de administração, vários requerimentos foram apresentados pela ACMP junto à PGJ, sempre se posicionando como defensora dos membros do MPCE.

Nas duas gestões, foram expedidos aproximadamente cem requerimentos institucionais, que vão da solicitação de informações acerca do andamento das obras da nova sede do MP, no Cambéba

(Requerimento 22254/2015-3, de 18 de junho de 2015), até reivindicação sobre segurança institucional (Requerimento 14987/2016-6, de 14 de abril de 2016), acerca da celebração de acordo quanto ao pagamento do auxílio alimentação retroativo (Requerimento 34712/2016-4, de 1 de setembro de 2016) ou alteração do Provimento nº 57/2018 (Telefones móveis).

Na relação, também constam solicitações relacionadas a pedidos de indenização de transporte com diária, criação do auxílio creche, compensação do plantão ministerial e de elaboração de lei

para criar a gratificação por exercício de plantão ministerial. Registram-se ainda demandas para implementação do auxílio saúde e para conversão de férias em pecúnia.

A associação promoveu também um auxílio direto aos associados, por meio de constantes requerimentos, buscando soluções para problemas relacionados à promoção e remoção, bem como no sentido de impedir a suspensão destes editais, além do pagamento das parcelas em atraso do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

## Confira ainda outros tópicos:

### Pedido de criação do Programa MP Residente

No final de 2017, a PGJ acolheu requerimento da ACMP que sugere criação do “MP Residente”, programa de estágio para estudantes de pós-graduação. Em 2015, a

associação ingressou com o requerimento por entender que este programa potencializará os trabalhos realizados pelos membros do MP. A sociedade, por sua vez,

será beneficiada com uma prestação dos serviços ministeriais ainda mais qualificada.

### ADI contra lei que aumenta a contribuição previdenciária

Em janeiro de 2017, a ACMP ingressou no TJCE com Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando o aumento da con-

tribuição previdenciária no serviço público estadual, visto que o projeto, aprovado no dia 22 de dezembro, aumenta de 11% para 14% o

valor da contribuição previdenciária dos servidores públicos do Estado.



# Condições de trabalho

## Segurança institucional é pauta da gestão

Quando o assunto é segurança institucional, a ACMP tem trabalhado ativamente a fim de colaborar na resolução das graves fragilidades que o MPCE padece sobre este assunto. Focada na garantia da segurança e do bem-estar dos seus associados, em diferentes situações, a diretoria da associação interveio junto a diversos órgãos visando dar maior segurança aos membros do Ministério Público.

Como exemplo, atuou junto ao Tribunal de Justiça a fim de adiar a mudança do local de realização das audiências de custódia, em virtude da falta de segurança, que colocaria em situação de risco os promotores e juízes que atuariam no local. A solicitação foi feita após visita técnica da Diretoria da ACMP na obra da Delegacia de Capturas, que passaria a abrigar a Vara de Audiências de Custódia, onde foram constatadas irregularidades graves, apontadas pela vistoria dos técnicos do Núcleo de



Segurança Institucional e Inteligência (NUSIT).

Com o laudo do NUSIT, a diretoria da ACMP agendou reuniões com o procurador-geral de Justiça para apresentar requerimento no sentido de desobrigar os promotores de Justiça da Custódia a trabalhar no local, enquanto os graves problemas de segurança institucional não fossem solucionados. Dessa forma, o trabalho da ACMP compeliu a Procuradoria e o TJ a adotar medidas para garantir um maior nível de segurança institucional.

A segurança institucional também foi tema de reuniões entre a ACMP e o Fórum Clóvis Beviláqua, com representantes do NUSIT e da Segurança Institucional do TJCE, visando dar continuidade às proposições a respeito da segurança no local. Vale ressaltar que algumas medidas já foram implantadas, dentre as quais o controle interno no estacionamento, a reorganização do trânsito de presos

nas áreas internas do Fórum e a retirada dos presos dos corredores internos de circulação enquanto aguardam audiências.

Nessa contínua tarefa de sensibilizar a administração superior do órgão, no sentido de adotar medidas visando o aperfeiçoamento da segurança dos seus membros, a ACMP desenvolveu as seguintes ações, somente no ano de 2018:

- No final de fevereiro, a diretoria da ACMP deliberou pela organização de uma reunião com vistas a tratar da segurança institucional à luz dos episódios de ameaças à integridade física de membros e servidores. Realizado no início de março, o encontro reuniu a diretoria da ACMP e seus associados com os representantes dos órgãos do MPCE responsáveis pela área de segurança institucional (NUSIT) e combate ao crime organizado (GAECO). Na oportunidade, discutiram-se diretrizes, meios e alternativas que poderiam ser destacados







com vistas ao melhoramento da segurança institucional no MPCE;

- No final de maio, ocorreu um ato de “mobilização da classe” com a participação de aproximadamente oitenta associados, na sede da PGJ, com o objetivo de dar voz às reivindicações da categoria na seara da segurança;

- Em setembro, a pedido da ACMP, aconteceu uma nova reunião entre a diretoria da entidade; o procurador-geral de Justiça, Plácido Barroso Rios; e os associados, objetivando mais uma vez a concretização das medidas já requeridas, principalmente conside-

rando que dias antes havia acontecido um novo ataque ao MPCE, na cidade de São Luís do Curu, onde a sede da Promotoria foi arrombada no horário em que não havia vigilância no local.

- No início de outubro, a ACMP ingressou com procedimento administrativo perante a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público, visando, institucionalmente, equacionar, em médio prazo e de maneira perene, os problemas do MPCE de segurança institucional. A referida Comissão detém

atribuição executiva na seara da segurança institucional e pode sugerir e/ou determinar à Procuradoria Geral de Justiça quais medidas devem ser realizadas nesta área temática. A ACMP também requereu que a comissão realizasse estudos sobre a atual situação do MPCE na seara da segurança institucional, tudo com a finalidade de melhor abalizar os próximos passos a serem dados no sentido de efetivamente prover os associados de maior segurança para desempenho de suas funções.

## Concurso para promotor de Justiça

Objetivando o pleno funcionamento do MPCE, em 2017, a diretoria da ACMP ingressou com requerimento na Procuradoria Geral de Justiça, solicitando abertura

imediate de concurso público para promotor de Justiça. A partir da iniciativa, o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do MPCE aprovou por maioria, a pro-

posta, que suprirá a carência atual e as que surgirem dentro do prazo de validade do certame.

## Assessores para promotores de Justiça

Em agosto de 2017, o governador Camilo Santana sancionou a Lei que criou 300 cargos de assessor para promotor de Justiça. A solenidade aconteceu no Palácio da Abolição, e contou com a presença de representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Os car-





gos são privativos de bacharéis em Direito, sendo 150 ocupados por servidores efetivos do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE).

O pleito foi originado por um requerimento apresentado pela ACMP, em 2015, com o objetivo de promover uma melhor condição de trabalho aos membros do MP. Com o assessoramento, foi

possível viabilizar um reforço no trabalho técnico-jurídico dos promotores de Justiça.

Na sequência, a ACMP reuniu-se com o procurador-geral de Justiça para apresentar documento com sugestões para a definição dos critérios de lotação dos assessores.

A proposta apresentada pela associação previa a distri-

buição de 208 assessores no interior, sendo um para cada promotor titular. Já na capital, a divisão é um assessor para cada dois promotores. As sugestões foram acolhidas pela Procuradoria Geral de Justiça, e os demais âmbitos do critério ficam a cargo do PGJ.



## ACMP sugere readequação na Lei dos cargos de assessor jurídico

Considerando a necessidade de acompanhar as demandas dos associados e dos processos iniciados, a ACMP enviou à Procuradoria Geral de Justiça um requerimento solicitando uma readequação na Lei Estadual nº 16.300/2017, que criou 300 cargos de assessor jurídico de Promotoria

de Justiça, que apesar de ter sido muito bem estudada e debatida, alguns pontos prejudiciais à prática e à logística só apareceram após sua entrada em vigor.

“Por diversas vezes, as lacunas das leis só aparecem quando entram em vigor e assumem o seu papel na prática. É o que está se

observando no dia a dia das Promotorias da capital e do interior, onde um significativo número dos cargos de assessor que são reservados aos servidores estão vagos por motivos de ausência de interesse destes em ocupar as vagas”, destaca Lucas Azevedo.

A associação, por sua vez, sugeriu e solicitou uma readequação, a fim de otimizar a ocupação desses cargos vagos, que a partir de então poderiam ser preenchidos por pessoas de fora.

Dessa forma, não se perderia de vista o objetivo principal da Lei, que é de proporcionar um maior auxílio de pessoal às promotorias e promover o desenvolvimento de suas atividades no tem-

po e no grau de qualidade que a sociedade espera e necessita.

# Convênios

Pensando no bem-estar e na comodidade dos associados e apostando no poder do associativismo, nestas duas últimas gestões a ACMP reforçou a rotina de firmar cada vez mais convênios com diversos empreendimentos nas áreas comercial e de serviço.

Nesse sentido, seus associados podem desfrutar de des-

contos, vantagens e condições especiais na aquisição de bens e serviços diversos, oferecidos por meio de convênios com empresas de segmentos diferenciados, como academias, agências de viagem, clínicas, clubes, cursos, ensino superior, escolas, hotéis, lazer, livrarias, lojas, imobiliárias, instituições de crédito, restaurantes, saúde,

seguros, telefonia, veículos e outros.

A gestão conclui com aproximadamente 90 empresas conveniadas e, para comodidade dos associados, há uma atualização constante da lista de empresas, que está sempre disponível aos interessados através do site da ACMP.

# Assistência ao aposentado

Consciente da importância do aposentado para o fortalecimento do Ministério Público, pela sabedoria e experiência que ad-

quiriram no exercício de suas atividades, a diretoria da ACMP desenvolve uma série de atividades

para esta categoria de associados.

**Conheça um pouco desse trabalho a seguir:**

# Comissão nacional de defesa do aposentado

Dentro da proposta de valorizar o corpo de aposentados que integra não só o quadro da associação local, mas as demais associações a nível nacional, a diretoria da ACMP apoiou, em 2015, o Con-

selho Deliberativo da Conamp na criação de uma Comissão de Aposentados no âmbito da entidade. Desde então, os membros são indicados pelos presidentes das afiliadas e desempenham o papel de

analisar propostas legislativas afetadas aos aposentados do Ministério Público para subsidiar as decisões da Conamp.





# Evento em parceria com a Unimed e Decon

Com o intuito de facilitar o acesso a serviços, a ACMP, por meio do Departamento de Apoio aos Aposentados, em 2018, realizou evento com palestras e serviços para os associados aposentados. A iniciativa foi promovida por meio de parceria com o Decon e a Unimed.

Durante a ação, foram oferecidas as palestras “Direito do Consumidor Idoso”, ministrada pelo Decon, para tirar as principais dúvidas dos associados, e “Envelhecimento com Qualidade de Vida”, apresentada pelo programa de Medicina Preventiva, da Unimed.

O Programa Estadual de Defesa do Consumidor também disponibilizou a Unidade Móvel “Decon Viajante”, com o objetivo de formalizar as reclamações dos associados.



# Encontro entre amigos

Com o intuito de manter o elo dos aposentados associados com o dia a dia da ACMP e com as lutas atuais da classe, principalmente àquelas que se referem aos interesses dos que não estão mais na ativa, acontece anualmente, na sede administrativa da entidade, o Encontro Entre Amigos.

O Departamento de Apoio ao Aposentado tem grande importância na estrutura organizacional da associação, não só pelo amparo institucional que oferece ao grupo, mas, principalmente, porque a entidade reconhece que a troca de experiências e a visão dos aposentados sobre as questões do momento são de grande valia na luta continuada da ACMP.





# Atividades sociais

Para criar uma atmosfera de leveza no ambiente da associação, a diretoria da ACMP realizou, ao longo das suas duas gestões, um calendário de atividades sociais,

cujas tônicas foram o conagração e a união de seus membros. Datas comemorativas, como o Dia Internacional da Mulher e as festas juninas, atividades esportivas e as

festas de fim de ano, foram oportunidades de animadas confraternizações.







# Homenagens celebram o dia da mulher

**A**s mulheres têm uma forte atuação funcional no MP, e considerando esse importante papel, que desempenham de forma sensível às questões sociais e firmes no combate à criminalidade, a corrupção e demais áreas do MP, a ACMP promove, anualmente, um evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Além de música ao vivo, sorteios de brindes e coquetel, o evento é marcado pela entrega de homenagens, uma iniciativa

da Direção da ACMP, que desde 2017 agracia quatro mulheres que se destacam pela sua atuação em defesa do MP e da sociedade em geral, nas categorias Aposentada, Procuradora de Justiça, Promotora de Justiça da Capital e Promotora de Justiça do Interior.

Em 2017, durante o evento, receberam a homenagem: a secretária de Justiça do Estado do Ceará, Socorro França, como a aposentada homenageada; Idelária Pinheiro, foi agraciada por sua atuação como procuradora de Justiça; Alice Aragão foi a promotora de Justiça na Capital; e Alessandra Magda recebeu a homenagem por sua atuação como promotora de Justiça do Interior.

No ano seguinte, a aposentada homenageada foi Maria Luiz Fontenele. Representando as promotoras de Justiça da Capital, lertes Meyre Gondim Pinheiro foi agraciada e Juliana Cronemberg de Negreiros Moura, recebeu por sua atuação como promotora de Justiça no Interior.





# Festas de fim de ano

Com o intuito de celebrar as conquistas de cada ano e homenagear aqueles que contribuíram para o avanço das lutas do Ministério Público no Ceará, a ACMP realiza, anualmente, sua confraternização de fim de ano, com uma grande festa dançante que reúne os associados e seus familiares em um espírito de integração e unidade.

Em 2016, a festa de final de ano da associação foi realizada no dia 16 de dezembro, no La Maison Buffet, em Fortaleza. Além de comemorar a aprovação unânime do Projeto de Lei 102/16 (permitindo a criação do Fundo de Reparelhamento do MP) pela Assembleia Legislativa do Ceará, seguida da sanção da Lei pelo Governador Camilo Santana, a festa foi a primeira celebração de fim de ano da entidade marcada



pela entrega da Comenda Promotor de Justiça Guido Furtado Pinto.

Na ocasião, foram homenageadas seis personalidades que tiveram papel importante na conquista dos membros do Ministério Público: o governador Camilo Santana; a desembargadora Iracema do Vale, então presidente do Tribunal de Justiça; o deputado estadual Zezinho Albuquerque, presidente da Assembleia Legislativa do Ceará; o procurador de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte, Anísio Marinho; o jurista Paulo Bonavides; e o advogado e professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Pós-Doutor em Direito Constitucional, Paulo Lopo Saraiva.

Nesse contexto, é fundamental destacar que o jurista Paulo Bonavides e o professor Paulo

Lopo Saraiva foram responsáveis pela elaboração do parecer técnico jurídico, que defendia o Projeto de Lei para a criação do Fundo de Reaparelhamento. Esse parecer teve um papel determinante na aprovação do processo, que culminou na aprovação do Fundo. Uma atuação fundamental, sem custos para a ACMP, desenvolvida simplesmente pelo amor à causa pública e em defesa do Ministério Público. Ressalta-se ainda o envolvimento do procurador de Justiça Anísio Marinho, que esteve à frente da Procuradoria do Rio Grande do Norte, quando o processo ocorreu naquele estado, e indicou os melhores caminhos para o sucesso na empreitada.

Em 2017, a festa celebrou os 75 anos de história da ACMP, marcada por lutas, desafios e história construída por muitas mãos.

Fundada em 26 de dezembro de 1942, a ACMP é a terceira mais antiga do Brasil e uma das mais antigas do mundo. O primeiro presidente da associação foi Raul Barbosa e, depois dele, mais vinte presidentes passaram pela ACMP.

A celebração foi realizada no La Maison Buffet, com muita animação e confraternização, e contou com uma homenagem aos ex-presidentes que fizeram parte da história da associação, como José Gusmão (1972/1976), Mairan Gonçalves (1976/1978), Vicente Cavalcante (1982/1984), Manuel Soares (1991/1995), Maria José Marinho (1995/1997), Edilson Santana (1997/2001), João de Deus (2001/2005), Gomes Câmara (2005/2009), Manuel Pinheiro (2009/2011), Rinaldo Janja (2011/2013), Plácido Rios (2013/2015).





# Festa junina é realizada com muito arrasta pé

**N**o Ceará, a festa junina celebra a cultura do nosso povo, bem como registra um importante momento de descontração e integração das pessoas. Nesse sentido, as festas juninas da ACMP contaram com muito arrasta pé e quadrilhas improvisadas, que animaram e descontraíram os associados e seus convidados.



# Incentivo à prática esportiva

A prática esportiva, além de veículo de socialização e interação, constitui-se em um poderoso instrumento de prevenção de doenças, atenuando os índices de estresse e ansiedade, contribuindo com a criatividade e a memória, bem como promovendo a elevação da autoconfiança e da autoestima. Ciente de todos esses benefícios, a ACMP apoia e estimula a prática desportiva entre seus associados, através da participação em torneios de futebol e outras modalidades e o incentivo com o custeio de inscrição em competições, como as corridas de rua.



# Campeonato nacional de futebol

Promovido em novembro de 2017, o XVI Torneio Nacional de Futebol Society do MP foi realizado no Ceará, e marcado pela animação, goleadas e entretenimento. Realizado na Cidade de Vozão, em Itaitinga, o torneio registrou a presença de mais de 1600 participantes, entre atletas

e familiares, totalizando 50 times, formados por promotores e procuradores de Justiça, que fizeram bonito a fim de levar para casa troféus e medalhas.

A abertura contou com o chute inicial dado pela então presidente da Conamp, Norma Cavalcanti, e os destaques, dos

quatro dias de jogos, foram para as delegações de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Maranhão e Ceará, que garantiram a subida no pódio nas categorias Sênior, Super Máster, Máster e Força Livre.

## Para lembrar os resultados deste grande campeonato:

### SÊNIOR

#### Goleiro Menos Vazado:

Marcelo Orlando Mendes (SP).

#### Melhor Artilheiro:

João Henrique Ferreira (SP)

**1º lugar:** São Paulo

**2º lugar:** Rio Grande do Sul

**3º lugar:** Ceará

### MÁSTER

#### Goleiro Menos Vazado:

Rafael Gonçalves (RS)

#### Melhor Artilheiro:

Henrique Otero Costa (MG)

**1º lugar:** Minas Gerais

**2º lugar:** Rio Grande do Sul

**3º lugar:** Maranhão

### SUPER MÁSTER

#### Goleiro Menos Vazado:

André Luiz Dalmolin (RS)

#### Melhor Artilheiro:

Otacílio Marcus Machado (PB)

**1º lugar:** Rio Grande do Sul

**2º lugar:** Paraíba

**3º lugar:** Minas Gerais

### FORÇA LIVRE

#### Goleiro Menos Vazado:

Rodrigo Antônio Storino (MG)

#### Melhor Artilheiro:

Rafael Queiroz Piola (SP)

**1º lugar:** São Paulo

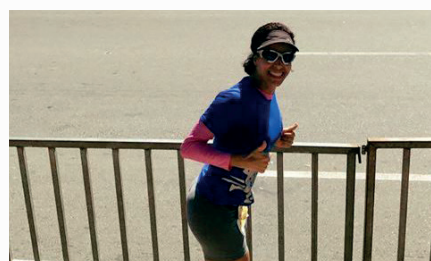
**2º lugar:** Minas Gerais

**3º lugar:** Paraná









# Estímulo à participação em corridas

Com o intuito de estimular a prática esportiva como instrumento de prevenção de doenças, controle dos índices de estresse e ansiedade, e promoção da autoestima e confiança, a ACMP viabiliza a inscrição dos associados que queiram participar de algumas corridas realizadas, a exemplo da 15ª Maratona Pão de Açúcar de Revezamento e a 5ª Corrida Pão de Açúcar Kids, realizada em 2016. Já em 2018, a ACMP incentivou a participação em quatro corridas anuais, que fazem parte da Corrida das Estações.



# Sede campestre recebe reformas

inaugurada em 2014, a sede campestre passou por uma requalificação no final da atual desta gestão da ACMP. Dentre as principais mudanças estão a construção de uma quadra poliesportiva, permitindo a prática de futsal, vôlei, basquete e handebol; a pavimentação do estacionamento com piso intertravado e vagas demarcadas; além da construção de uma área de convivência e paisagismo.

A sede é palco de diversos eventos, como a festa junina da associação, e tem recebido campeonatos esportivos, realizados no campo Glaubertão, como a Copa da Integração Jurídica, em agosto de 2018, quando o time da associação Cearense do Ministério Público conquistou o primeiro lugar.





# Vacinação

**D**oença não tem cara e não manda recado. Dessa forma, a melhor alternativa para evitar uma doença é realizar a prevenção, por meio da vacinação. Ciente da importância dessa iniciativa, a ACMP realizou uma parceria com a Clínica de Vacinação Imunize, para uma campanha de vacinação con-

tra a gripe, quando foi aplicada a versão tetravalente da vacina por um preço promocional para associados e dependentes – ressaltando-se que a vacina tetravalente contra a gripe não era disponibilizada na rede pública de saúde.

O sucesso da campanha permitiu que ela fosse estendida para aplicações na sede da clínica, quando os associados interessados puderam ter acesso às outras vacinas, como a trivalente, a febre amarela, a difteria e a hepatite, a preços promocionais.



# Solida- riedade

**E**m 2018, a diretoria da ACMP visitou as instituições Lar Amigos de Jesus e Associação Peter Pan, que cuidam de crianças em tratamento de câncer. Na ocasião, foi realizada a doação dos recursos arrecadados com as vendas de pulseiras do Brasil e de ingressos do Arraiá, campanha em homenagem à Bia, filha da promotora de Justiça Camila Barbosa. As instituições têm ampla história de apoio às crianças em tratamento contra o câncer e seus familiares.



# Lutas associativas

A entidade atua sempre em defesa dos direitos, garantias e prerrogativas dos integrantes do

parquet para que estes tenham, cada vez mais, as melhores con-

dições efetivas de atuar em prol da sociedade.



## PL do subsídio é aprovado no Senado

Uma das lutas associativas defendidas pela ACMP, em parceria com outras instituições, foi a aprovação do PL que dispõe sobre a recomposição do subsídio, pelo Senado Federal, em novembro de 2018. O presidente da ACMP, Lucas Azevedo, acompanhou a votação e, durante todo o dia, reuniu-se com diversos senadores para o trabalho de interlocução institucional na defesa dos interesses da classe.

“Todos os esforços renderam os frutos desejados. Apesar das dificuldades enfrentadas, conseguimos essa vitória que é de todos nós. Agradecemos a todos os colegas que certamente estavam torcendo pelo êxito nessa nossa missão. Parabéns a todos nós”, afirma o presidente da ACMP.

A última recomposição dos membros do Ministério Público do Estado do Ceará e do Brasil havia

sido em 2014, por meio de uma lei aprovada no Congresso Nacional, e depois replicada nos estados. Desde então, não houve nenhum tipo de recomposição. Dessa forma, ao longo dos anos, a CNMP e a CONAMP lutavam junto ao Congresso Nacional, para que a nova lei fosse aprovada no parlamento, prevendo essa recomposição das perdas inflacionárias dos membros do Ministério Público, ao longo dos anos.

# Criação do grupo de descongestionamento (GDESC)

Uma das vitórias mais importantes da ACMP, ao longo da gestão 2015-2019, foi a criação do Grupo de Descongestionamento. Importante instrumento idealizado pela associação, foi criado por meio

do requerimento N° 21883/2015-0, ingressado pela entidade, no dia 15 de junho de 2015, à PGJ para desafogar as Unidades Ministeriais que estão com um número grande de processos e/ou procedimentos

em tramitação nas situações nas quais o atraso na prestação ministerial ocorreu em razão da falta de estrutura do órgão ou por razões alheias ao associado.

## Avanços na concretização da permuta interestadual do MP

Em abril de 2015, durante uma reunião na Conamp, com a participação de todos os presidentes, foi aprovado um requerimento, fundamentado com base em doutrina, jurisprudência e na própria Constituição, que posteriormente foi encaminhado ao CNMP, com a

finalidade de estabelecer a permuta entre membros de Ministérios Públicos Estaduais, inclusive DF.

Esse processo foi discutido e rediscutido, no âmbito do CNMP e, em agosto de 2017, foi aprovado. Contudo, em 2018, a proposta recebeu uma liminar que suspendeu

os efeitos da decisão do CNMP, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pela autorização e fixação de balizas para disciplina de remoção, por permuta nacional. O tema aguarda parecer da procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

## PEC da Previdência

Em Brasília, a ACMP participou de ato de protesto contra a Reforma da Previdência e a favor da independência judicial de magistrados e membros do MP. A mobilização foi realizada pelas entidades da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público

(Frentas), e a ACMP solicitou à PGJ a liberação dos membros do MPCE interessados em participar do ato, bem como reuniu-se com parlamentares, solicitando apoio aos interesses da categoria.

A ação teve o objetivo de esclarecer à população em geral

sobre os riscos da proposta da Reforma da Previdência. Além disso, alertar a sociedade, a comunidade jurídica e os parlamentares, sobre os riscos das propostas legislativas que visam o enfraquecimento do Ministério Público.





# Editais de promoção e remoção

Sempre atenta ao cumprimento dos prazos legais e aos interesses dos seus associados, a ACMP apresentou requerimen-

tos que visavam a aceleração dos prazos de promoção ou remoção, em especial nos períodos eleitorais, quando os períodos tendem

a ser ampliados. Nesse processo destaca-se o importante papel do e-SAJ-MP, que irá dar ainda mais celeridade ao processo.

## Mestrado e doutorado para membros

AACMP, por meio do Requerimento N° 46/2017, solicitou a separação de percentual do fundo de reaparelhamento, para o custeio de cursos de pós-graduação lato-

-sensu e stricto-sensu (mestrado e doutorado) aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará. A iniciativa tem o intuito de propiciar aos seus membros e servidores o

aprimoramento no domínio da Ciência do Direito, da Administração Pública e de outros ramos do conhecimento científico que guardem interdisciplinaridade com aquelas.

## Ações no TJCE sobre o ATS

Em 2016, a ACMP apresentou requerimento administrativo pleiteando o pagamento das parcelas restantes do Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Como resultado, foi pago o valor linear de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada associado que faça jus ao crédito, incluindo membro em atividade e membros aposentados. Essa foi uma forma tentada pela ACMP com o objetivo de corrigir uma distorção histórica decorrente da inadimplência do Estado com

relação ao que se obrigara com os membros do Ministério Público credores daquela verba, que embora reconhecida como devida, não foi honrada. Decorrente dessa omissão do Estado, a ACMP patrocina o ajuizamento de ações judiciais com o intuito de compelir o restabelecimento do desembolso do cronograma assumido. Ao todo, durante as duas gestões, até novembro de 2018, foram propostas 119 ações de tendo como objeto o ATS, integradas por 202 associa-

dos, nas quais foram concedidas 69 antecipações de tutela, enquanto em 29 ações foram proferidas sentenças de mérito favoráveis ao pleito. Muitas ações, porém, não foram apreciadas até a presente data, enquanto noutras que haviam sido deferidas a antecipação da tutela, o Estado do Ceará obteve a suspensão das mesmas em recursos de agravo de instrumento.

# Gestão

## Contratação de assessoria jurídica

Uma das novidades implementadas na gestão 2015-2019 foi a contratação de um profissio-

nal para atuar na assessoria jurídica da entidade. Trabalhando em um turno, seu papel é fortalecer a

equipe de colaboradores da associação, ficando disponível para os associados.

## Fortalecimento da comunicação institucional

Entendendo a comunicação como uma área estratégica de relacionamento, a Diretoria da ACMP investiu no fortalecimento da comunicação com os associados e com a sociedade, por meio da contratação da empresa VSM Comunicação. Hoje, as informações chegam até o

seu destino com muito mais rapidez e por meio de vários canais simultaneamente. Além da página no Facebook e do perfil do Instagram, a lista de transmissão do WhatsApp é um importante canal de comunicação interna da ACMP. Às segundas-feiras, é enviada a agenda

da semana da associação, via lista de transmissão do aplicativo, para que todos fiquem a par dos compromissos assumidos pela presidência, em favor dos interesses da classe. Já às sextas, os usuários recebem o resumo dos principais fatos que aconteceram na semana, como

forma de dar transparência às ações.

E cotidianamente, de acordo com a necessidade e demanda, notícias, comunicados e links de interesse são enviados para os

celulares dos membros da associação. Caso queiram se aprofundar na leitura, basta seguir para o site, que também recebeu um novo layout, mais funcional e acessível, ou para a pá-

gina da entidade no Facebook. Esta é uma forma prática, ágil e segura de manter os usuários conectados com o dia a dia da instituição.

# Eventos

## Mobilizações

Ao longo dos quatro anos da Gestão 2015-2019, a ACMP participou da maneira firme das principais lutas da classe. Promovendo

ações ou participando de atos junto a outras entidades, a associação se fez presente em diversas manifestações dentro e fora do

nosso Estado. A diretoria entende o poder da mobilização e estimulou a participação dos membros do MPCE nesses atos públicos.





## - Assembleia Legislativa

No final de 2016, foi sancionada a lei ordinária estadual que estabelece o Fundo de Reaparelhamento do MPCE. Comemorada como a vitória de uma luta de cerca de 25 anos, a aprovação do projeto de lei é o resultado de uma forte mobilização empreendida pela ACMP na Assembleia Legislativa do Ceará. Em conjunto com a PGJ, a associação investiu em uma exitosa aproximação institucional junto aos deputados. Nesse período, a ALCE virou palco de diversas articulações políticas, mobilizações e reuniões com líderes do Governo e da Oposição.

A primeira mobilização aconteceu em 2015, quando mais de 100 associados foram à Assem-

bleia Legislativa lutar pela criação do fundo de reaparelhamento. A ACMP encabeçou a luta para que o MP fosse inserido no rateio das custas e emolumentos cartorários. A partir daí, a batalha começou. A lei enviada pelo Tribunal de Justiça foi aprovada com a condição de que num futuro próximo o Ministério Público seria inserido. O diálogo foi aberto, com uma promessa concreta.

Em dezembro do mesmo ano, o então PGJ enviou o PL para a criação do fundo. Foram realizadas diversas reuniões com desembargadores, para sensibilizá-los a respeito da importância dessa iniciativa. Logo após, foi conquistada a aprovação do anteprojeto de lei

incluindo o MP.

Em outubro de 2016, os associados voltaram à Assembleia Legislativa para pedir aprovação do PL, o que foi alcançado neste momento. Ressalte-se que o Poder Executivo foi sensível e decisivo para a concretização do fundo de reaparelhamento.

Além das manifestações pela aprovação do fundo de reaparelhamento do MP, os associados ocuparam a Assembleia Legislativa em prol de outra importante conquista: a criação dos cargos de assessores para Promotores de Justiça, que culminou na aprovação e posterior sanção da Lei, criando 300 cargos.

## - Contra o PL do Abuso de Autoridade

Objetivando uma mobilização nacional, no dia 5 de outubro de 2016, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), coordenada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, realizou um “Ato em defesa do Sistema de Justiça e contra a Corrupção”, na Câmara dos Deputados, em Brasília. A data marcava o aniversário de 28 anos da Constituição Federal.

Em Fortaleza, o encontro

aconteceu no Fórum Clóvis Beviláqua, onde o presidente da ACMP, Lucas Azevedo, o presidente da ACM, juiz Antônio Araújo, o representante da AJUFE, Thiago Mesquita, e o presidente da AMATRA, Antônio Gonçalves, concederam entrevista coletiva aos jornalistas dos principais veículos de comunicação da cidade.

Na pauta, as tentativas de comprometimento da Independência da magistratura e do Ministério

Público e de desvalorização das respectivas carreiras, dentre elas, o PL 280/2016, do Abuso de Autoridade. No projeto, são pontuadas mais de trinta condutas consideradas abuso de autoridade. Dessas, vinte são diretamente destinadas aos membros do Ministério Público e Judiciário. O presidente da ACMP, Lucas Azevedo, diz que o trabalho do MP tem sido alvo dos representantes do poder político e econômico.

## - Atos públicos no Fórum Beviláqua

Em outubro de 2016, dirigentes das associações de magistrados e do Ministério Público do Estado do Ceará realizaram um Ato Público, no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, contra projetos considerados verdadeiros atentados ao Estado de Direito, diante do impacto em relação à própria existência funcional do sistema de Justiça.

As mobilizações aconteceram simultaneamente em diversos estados do Brasil e na pauta das reivindicações, estavam as tentativas de comprometimento da independência da magistratura e do Ministério Público e de desvalorização das respectivas carreiras. Dentre elas, o PL 280/2016, do Abuso de Autoridade, que tenta acabar com a liber-

dade de investigar e aplicar a lei.

Em outro ato público realizado no Fórum Clóvis Beviláqua, em dezembro de 2016, juízes, desembargadores, promotores e procuradores fizeram manifestação contra a corrupção e pelo fortalecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público. A mobilização foi organizada pela ACMP e Associação Cearense de

Magistrados (ACM). Ao mesmo tempo, aconteceram atos semelhantes no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, liderado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), bem como nos outros estados da federação.

No evento em Fortaleza, houve a divulgação de uma carta aberta à sociedade com o título: “Pelo fortalecimento do Poder Judiciário e do Ministério Público – Contra a corrupção e impunidade”. O objetivo foi denunciar as tentativas de aprovação de

leis para amordacar magistrados e integrantes do MP, bem como enfraquecer mecanismos de punição da corrupção, o que representa graves ameaças ao exercício das atividades desses profissionais, bem como à democracia e à cidadania.

## - Manifestação na Praça Portugal

As mobilizações e lutas da ACMP também ganharam as ruas. Em dezembro de 2016, promotores, procuradores e juízes estiveram reunidos em manifestação contra a corrupção na Praça Portugal, em Fortaleza. O ato reuniu cerca de cinco mil pessoas e foi marcado pelo apoio ao Ministério

Público e Magistratura, frente à manobra do Congresso Nacional em descaracterizar o projeto de leis das 10 medidas de combate à corrupção.

Os associados da ACMP foram ao evento vestindo camisetas e carregando cartazes e faixas com frases de apoio ao fortalecimento

do judiciário e Ministério Público, contra a punição de juízes e promotores. O presidente da ACMP, Lucas Azevedo, e o procurador-geral da Justiça do Ceará, Plácido Rios, estiveram presentes e reforçaram o ato.

## - Atos públicos no Fórum Autran Nunes

Em 2017, a Associação Cearense do Ministério Público (ACMP) participou de Ato Público em Defesa da Justiça do Trabalho e contra a Reforma Trabalhista. A manifestação aconteceu em frente ao Fórum Autran Nunes e reuniu diversas entidades de classe, juízes e advogados.

O presidente da ACMP, Lu-

cas Azevedo, falou sobre a união de entidades na luta por seus interesses. “É uma grande honra estar presente com vocês nesse ato. É impossível, dentro do Ministério Público, não lembrar que, há aproximadamente quatro anos, se não fosse a colaboração de várias entidades de classe, nós não teríamos conseguido

derrubar a PEC 37, que impediria o MP de fazer investigações nesse país. Com base nesse fato, e em muitos outros, nós afirmamos que vocês poderão contar sempre com o apoio da ACMP”, disse.

As manifestações públicas têm grande força nas lutas em defesa dos direitos da sociedade e Ministério Público.

## - Manifestações contra reformas Previdenciária e Trabalhista

Em 2017, a ACMP participou de duas manifestações contra as Reformas Previdenciária e Trabalhista, que enfraqueceriam os direitos fundamentais da população brasileira. Em abril, membros da ACMP contribuíram com a manifestação realizada no centro da capital cearense. Na ocasião, os associados levaram faixas com a

frase “Pela manutenção das conquistas sociais e contra as reformas da Previdência e Trabalhista”, e distribuíram panfletos em apoio a esta pauta.

A segunda mobilização, promovida em junho, ocorreu na Praça da Bandeira, no Centro de Fortaleza. A concentração dos Promotores e procuradores partiu da

procuradoria Geral de Justiça e, em seguida, seguiu para Praça. A associação considera que a manifestação é um ato direcionado à luta pela não retirada dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Seria um retrocesso social se as reformas forem aprovadas, influenciando de forma negativa na sociedade.





## - Estado permanente de mobilização

Em abril de 2018, associados se reuniram na Assembleia Geral Extraordinária, na sede da ACMP, e decidiram, por unanimidade, adotar estado permanente de mobilização. A AGE foi convocada para tratar de alguns pontos principais: política remuneratória e condições de trabalho, com foco na segurança institucional.

Como resultado dessa luta, em parceria com outras associações e com a Conamp, em novembro de 2018 foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei que dispõe sobre a recomposição do subsídio. O presidente da ACMP,

Lucas Azevedo, acompanhou a votação.

Historicamente, a associação tem trabalhado por melhores condições de atuação para a categoria, sempre pensando no fortalecimento do Ministério Público e da sociedade. “É preciso garantir segurança, condições de trabalho e remuneração justa a quem trabalha arduamente para defender a sociedade, mas não é o que temos visto nos últimos anos: os Promotores do Ceará estão expostos a instabilidades e até mesmo a perdas salariais, uma vez que a remuneração tem sido corroída

pela inflação e pelo aumento da contribuição previdenciária”, diz o presidente, Lucas Azevedo.

Em relação à segurança institucional, a ACMP ingressou, em outubro de 2018, com procedimento administrativo perante a Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público – CPAMP (órgão do Conselho Nacional do Ministério Público) visando, institucionalmente, equacionar a médio prazo e de maneira perene os problemas do MPCE na questão da segurança institucional. A referida comissão detém atribuição executiva na seara da segurança institucional e pode sugerir e/ou determinar à Procuradoria Geral de Justiça quais medidas devem ser realizadas nesta área temática.

Vale ressaltar que, impulsionada pelas reivindicações da ACMP, bem como de ofício, a PGJ adotou uma série de medidas nesta área, havendo inclusive entregue, ainda no mês de outubro do referido ano, o cronograma de ações que serão realizadas em prol da Segurança Institucional no MPCE.





## - Mobilização “Pelo Fortalecimento do MP”

Promotores e procuradores de Justiça se reuniram na sede da Procuradoria Geral de Justiça para o primeiro ato de mobilização “Pelo Fortalecimento do MP”. Aproximadamente 80 associados estiveram presentes no plenário dos Órgãos Colegiados defendendo a necessidade

de uma segurança institucional melhor estruturada e de mais valorização da carreira.

A ação aconteceu no primei-

ro semestre desse ano, e a ACMP apresentou três requerimentos solicitando iniciativas da PGJ quanto aos temas tratados na mobilização de hoje. A saber:

1. Pedido para que a PGJ ingresse com ADI questionando dispositivos da Emenda constitucional que criou o teto de gastos do Estado do Ceará;

2. Pedido para que sejam tomadas medidas no sentido de proporcionar o imediato repasse

ao MPCE dos valores do FDID e das multas aplicadas pela PGJ/CE contra empresas licitantes e/ou contratadas que cometem ilícitos administrativos durante o curso da relação jurídica travada com o MPCE.

3. Pedido para implementação de 10 medidas na seara da segurança institucional com a finalidade de minorar as fragilidades da Instituição nessa área.





# Debate: eleições para PGJ

No dia 24 de novembro de 2017, a Associação Cearense do Ministério Público promoveu e sediou o debate entre os candidatos ao cargo de PGJ. Os quatro candidatos à formação de lista tripli-

ce compareceram: João de Deus Duarte Rocha, Miguel Ângelo de Carvalho Pinheiro, Plácido Barroso Rios e Vanja Fontenele Pontes. O evento foi de suma importância para divulgação dos pleitos

de cada um dos que concorriam ao cargo. O evento foi transmitido ao vivo pelo Facebook da ACMP, como forma de alcançar maior número de interessados.



# Presença no interior

## - Encontros Regionais (Região Norte / Cariri)

No início de 2016, dando continuidade a importante campanha de aproximação com a população, a ACMP levou à região do Cariri a campanha “Eu Me Importo”. A ação discorre sobre problemas sociais que nos afligem diariamente, como corrupção, pessoas em

situação de vulnerabilidade social e a falta de cuidados com grupos ainda vistos como minoritários, tais como idosos e crianças. Além de refletir sobre quão graves são os problemas expostos, a campanha mostrou, na região do Cariri, como se dá o trabalho dos Promotores e

Procuradores de Justiça na busca incansável e permanente pela solução de tais problemas. Ressalta-se ainda que a campanha foi divulgada em todo estado, por meio das redes sociais.





## - ACMP na Estrada

O projeto consiste na realização de visitas periódicas que diretores da entidade fazem aos municípios do interior do Estado onde funcionam sedes do Ministério Público. A intenção, além de estreitar o relacionamento com os associados lotados nessas unida-

des, é ouvir as demandas do grupo de cada localidade, além da realização de reuniões diversas, conforme a necessidade de cada momento.

Acreditando na importância desse trabalho, no final da primeira gestão, em 2017, a iniciativa conti-

nuou ocorrendo mesmo na fase em que Diretoria trabalhava em sua reeleição, numa campanha com validação de chapa única, com o intuito de colher sugestões e divulgar o trabalho da ACMP. Ao todo, foram visitadas as nove regionais.

## Presença no exterior

A ACMP, representada pelo presidente Lucas Azevedo, esteve em Lisboa-Portugal, em junho de 2016, participando do 2º Fórum Global das Associações de Procuradores da IAP. Lucas participou de um painel, como palestrante, abordando o seguinte tema: “Garantias Estatutárias do Ministério Público – que garantias salariais defender”.

“Foi uma oportunidade importante para colocar o nome da nossa Associação em evidência no cenário internacional. A receptividade dos colegas da IAP com relação a nossa palestra foi bastante positiva”, conta o presidente da ACMP.

Os trabalhos da mesa foram presididos por Elizabeth Howe, Chairperson da ILAC (International Legal Assistance Consortium) – Inglaterra. No mesmo painel,

mas abordando outra temática, também proferiu conferência a colega Jennifer Lopes, vice presidente da British Columbia Crown Counsel Association – Canadá.







**Rumo aos próximos anos**



de atuação institucional





ASSOCIAÇÃO CEARENSE  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO